

FERREIRA, Eduardo, *Fortificar o Nilo. A ocupação militar egípcia da Núbia na XII Dinastia (1980-1790 a.C.)*, Lisboa, Chiado Editora, 2016, 289 pp. ISBN 978-98-51-6733-3.

Recensão submetida a 18-03-2019 e aprovada a 17-10-2019

Começa a ser abundante a bibliografia portuguesa orientalista, entende-se aqui a expressão como referindo obras tratando assuntos de Antiguidade Oriental, situação que, algumas décadas atrás, não muitas, projetava a imagem de um campo de investigação extremamente reduzido em Portugal. As razões para essa mediocridade resultavam em primeiro lugar da estrutura da investigação histórica e arqueológica portuguesa, que não oferecia formação significativa no âmbito das ciências da Antiguidade, mas também de um reduzido interesse por áreas relativamente afastadas, fora do campo bíblico, dos temas centrais da historiografia nacional. Recordo que foi a leitura, cerca de 1953, de duas obras muito diferentes entre si que me despertou o interesse pela História Antiga, ainda que considerada então como algo de improvável realização académica. Refiro-me ao livrito de Vitorino Magalhães Godinho, *O Antigo Império Egípcio*¹, e à banda desenhada de E. P. Jacobs, *O Mistério da Grande Pirâmide*, que correu nas páginas do saudoso semanário juvenil *Cavaleiro Andante*². Deixemo-nos de recordações, embora úteis para aquilatar das mudanças que desde então mudaram quase tudo, para passar à análise da obra de Eduardo Ferreira, que alia a Egiptologia à História Militar, outra área que começa a conhecer nas Universidades a atenção que merece e a produzir frutos.

Resultante de uma dissertação de mestrado apresentada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o volume tem um aspeto gráfico relativamente modesto, recorrendo o autor sistematicamente a ilustrações extraídas de outras obras, o que indica corretamente. A figura 30 (p. 240) está logo depois da figura 22 (p. 208) e antes da figura 23, que surge duas vezes, embora diferente e com a mesma legenda (p. 251, 254). O facto de se inserirem no texto todas as ilustrações (figuras, plantas, quadros, tabelas e mapas), com numerações diferentes, complica a interpretação e pode con-

¹ Vitorino Magalhães Godinho, *O Antigo Império Egípcio*, Lisboa, Empresa Contemporânea de Edições, [s.d].

² Entre 1952 e 1954 (*Cavaleiro Andante*, 30-133).

fundir o leitor. Embora a merecer revisão futura, justifica-se alguma flexibilidade em relação a aspetos formais, dado não implicarem erros relevantes.

Provavelmente, o autor não teve possibilidade de garantir melhores ilustrações e a editora não considerou necessário fazê-lo, sendo antes de sublinhar a rapidez com que a dissertação, defendida em 2015, foi publicada. Seja como for, esta circunstância não prejudica o interesse do estudo de Eduardo Ferreira. A época escolhida para analisar um aspeto particularmente interessante da história do Egipto Antigo, a defesa da fronteira meridional, é a do Império Médio, quando a XII Dinastia desenvolveu uma vigorosa ação militar, continuando a política iniciada pela dinastia anterior, compreensível no cenário da reunificação do Egipto depois do eclipse do Primeiro Período Intermédio. Na verdade, podemos considerar este livro como pioneiro na historiografia militar nacional.

Se abstrairmos do deserto, envolvente, o Egipto não tem fronteiras naturais facilmente defensáveis, circunstância que tem provocado múltiplas situações difíceis ao longo da sua história, sofrendo invasões e infiltrações vindas do deserto líbico, do Sinai e do território núbio, neste caso procurando o curso do Nilo ou seguindo-o. A Núbia, vastíssima região a sul da segunda catarata, representou sempre um complicado problema de segurança para os poderes que se sucederam no domínio do Vale, desde a Antiguidade até à Guerra Mahdista, no século XIX, famosa pela defesa de Cartum dirigida pelo mítico general Charles Gordon³. Isolar a permeável fronteira meridional foi, portanto, um imperativo estratégico permanente, atingido ocasionalmente pelo estabelecimento de pontos fortificados e patrulhamento à distância, como fizeram os egípcios antigos e os romanos, a seu tempo. O Nilo esteve e estará sempre no centro desta questão.

O Império Médio ocupa um espaço temporal coincidindo com parte da XI e prolongando-se até final da XIII dinastia, aproximadamente entre 2050 a.C. e 1650 a.C., correspondendo a um período de grande dinamismo, resultante da reunificação do território e reforço do poder central, visível também na atividade militar desenvolvida pelos seus faraós, particularmente notável na fronteira meridional, limítrofe ao reino ou chefatura de Querma, cujo centro se situava junto à terceira catarata. O Império Médio seguiu na região uma política de ocupação militar apoiada num dispositivo constituído por numerosos fortes de diversas dimensões cuja funcionalidade se discute

³ Michael Asher, *Khartoum. The Ultimate Imperial Adventure*, Londres, 2005.

ainda. Na verdade, sem ignorar o perigo constituído por um proto-Estado potencialmente ameaçador, muitos destes fortes, como demonstra parte da documentação citada pelo autor, parecem sobretudo vocacionados para controlar os nómadas do deserto e o movimento no Nilo, à margem de qualquer tentativa de ocupação ou transformação de Querma numa espécie de Estado-tampão, política muito diferente da que os faraós do Império Novo desenvolverão a sul da segunda catarata. Trata-se, portanto, do mundo fascinante das fronteiras fortificadas no deserto, cheio de expectante imobilidade.

Vejamus então como está organizada a obra ao longo das suas quase 300 páginas, divididas da seguinte forma: *Introdução* (p. 23-34); Capítulo I, *Os faraós construtores e os problemas com a Núbia* (p. 37-71); Capítulo II, *As fortificações na guerra e na paz* (p. 73-140); Capítulo III, *Fortificar o Nilo: elementos arquitectónicos* (p. 41-211); Capítulo IV, *Guarnições e armamento* (p. 213-268); *Conclusão*, (p. 269-278); *Bibliografia* (p. 279-289). Antes de traçar alguns comentários sobre o conteúdo destas partes lembro o problema da transcrição dos topónimos e nomes egípcios para português, uma vez que os encontramos diferentes consoante as obras consultadas, muitas vezes traduzidas de outras línguas, como o inglês ou francês. Kuch ou Cuxe, Wawat ou Uauat, Mahat ou Maet? Embora não seja um problema essencial não deixa de ser incómodo para o leitor habituado a outras versões da mesma palavra. Uma nota sobre a transcrição utilizada pelo autor teria sido bem-vinda, assim como um muito necessário índice ideográfico, tanto mais que há assuntos tratados por diversas vezes ao longo da obra.

Na *Introdução* o autor traça uma panorâmica dos temas a tratar e da metodologia seguida, nomeadamente em relação à difícil pesquisa bibliográfica, que mostra, na *Bibliografia*, um total de 81 obras consultadas. Não queremos deixar de referir o que Eduardo Ferreira sublinha em relação à qualidade de algumas das escavações arqueológicas motivadas pela construção das duas barragens de Assuão (p. 34-35), conduzidas, sobretudo no último caso, ao longo da década de 60 do século passado, sob condições de urgência. A construção de grandes barragens em zonas de particular sensibilidade patrimonial é sempre uma indissociável tragédia, que se vai repetindo, a par de outras talvez mais mediáticas, ainda que rapidamente esquecidas, nos nossos dias⁴. Independentemente do que foi possível sal-

⁴ Rondot, V. (2014), *L'archéologie de sauvetage avant la mise en eau de grands barrages: l'exemple de la Nubie Sudanaise*. Rayonnement du CNRS, 64: 26-29; Sauneron, S. (1968), *L'Égyptologie*. Paris: Presses universitaires de France, 30-40.

var, destruindo-lhe o cenário próprio, o que se passou no Nilo foi um desastre de proporções inimagináveis. Por isso não posso deixar de considerar muito discutível a seguinte passagem: *a subida do caudal do rio por causa desta barragem levou a que algum património ficasse perdido* (p. 135).

O Capítulo I ocupa-se da velha questão de *onde, quando e como*. O autor evoca duas razões principais para o enorme investimento material e humano empregue nos fortes a sul da Primeira e da Segunda Catarata, na zona difícil de Batn el-Hagar (Barriga das Pedras): o poderio crescente de Querma e interesses económicos a potencializar. Sem colocar em dúvida estes dois aspetos não quero deixar de recordar que o autor se refere amplamente ao problema dos nómadas, muito diferente da possível hostilidade armada das forças de qualquer chefatura núbias, cujo potencial resta a avaliar com segurança. A construção, manutenção e reforço de um dispositivo militar como o que foi estabelecido na Baixa Núbia poderia sugerir um inimigo muito poderoso (p. 69-71). Seria assim? Recordo a construção da Muralha de Adriano, na Britânia, guarnecida por uns 15000 homens, como argumento contrário. Que força se encontrava do outro lado da muralha? Creio que a nova estrutura ideológica do Império Médio, preludiando a militarização do Estado que acontecerá plenamente no Império Novo, teve algo a ver com a imagem de poderio que se instalou com a visibilidade dos fortes, como defende Stuart Smith⁵, o que não contraria a operacionalidade dos mesmos.

O Capítulo II trata essencialmente das funções atribuídas às fortalezas construídas pelos egípcios na Baixa Núbia. Uma dessas funções foi, certamente, a de fixar a fronteira, afastando assim, neste período histórico, a ideia de uma fronteira de colonização, dinâmica. Não concordo totalmente com Eduardo Ferreira ao considerar a fronteira meridional egípcia a mais perigosa (p. 79), pois a fronteira do Sinai revelou-se frequentemente mais perigosa, inclusive durante o Império Médio. Quanto à influência exercida pelas fortalezas na aculturação das populações limítrofes, do chamado grupo B, parece-me perfeitamente normal, como sucedeu em tantas outras situações de presença de grandes sistemas fortificados permanentes, como neste caso garantes de movimentos pacíficos nos dois sentidos. Assim

⁵ Stuart Smith, *To the support of Heaven, Political and Ideological Conceptions of Frontiers in Ancient Egypt*, in *Untaming the Frontier*, in *Anthropology, Archaeology and History*, Tucson, 2005: 207-237.

sendo, parece correcta a aplicação da matriz Horvat / Bartel sobre a dicotomia *colonialismo / imperialismo* (p. 97).

O autor sublinha a importância da posição ocupada por cada fortaleza, o que implica diferenças construtivas significativas, podendo considerar-se dois grandes grupos regionais. Essas diferenças, largamente tratadas no Capítulo III, derivam das funções de cada fortaleza ou forte e da sua implantação e missão. Funções de vigilância nuns, bases operacionais noutros, eventualmente locais de comércio e armazenamento de armas e géneros ou ainda, como em Uronarti, centro de recebimento de tributos. Outro problema de incompleta resolução é o da presença de civis egípcios, familiares dos soldados, nas fortalezas, esboçando uma prática colonizadora da região. Seja como for, uma tão grande concentração de postos militares não pode deixar de ter constituído um foco de atração na Baixa Núbia, evidente no período final do Império Médio (p. 119-123).

Em Uronarti, que juntamente com Chalfak são as únicas fortalezas sobreviventes à construção da grande barragem de Assuão, um povoado no exterior da fortaleza representa um testemunho seguro dessa presença civil, não muito valorizado na obra. A localização recorda, apesar do anacronismo, as *canabae* no exterior dos campos romanos, normalmente com uma população mista, o que poderá ter acontecido também em Uronarti, estabelecida numa ilha relativamente afastada da fronteira mais exposta, enquanto em Buhen, a mais importante das fortalezas, a muralha levantada no exterior da fortaleza se destinava aparentemente a proteger um núcleo indígena aí estabelecido. Um aspeto, não tratado pelo autor e que se pode relacionar com a presença de *habitats* fora das fortalezas, é o da mão-de-obra utilizada na sua construção, atendendo, inclusive, à prática de levantar *bairros operários* junto das grandes obras faraónicas. Se a direção era seguramente egípcia poderemos dizer o mesmo para a maioria da força de trabalho utilizada? Considerando a inclusão de elementos núbios nas forças faraónicas, como mercenários ou auxiliares parece lógico que grande parte dos trabalhadores também o fossem, livres ou não.

Ainda a propósito dos modelos de colonização, o autor refere a comparação de William Adams do *colonialismo* português e holandês com o do Império Médio (p. 119). Estas comparações, muito em voga nos últimos tempos, suscitam problemas complicados, desde logo se aceitarmos que a presença egípcia na Núbia foi, no Império Médio, de tipo *imperial*, como parece defender Eduardo Ferreira. Seja como for, o *colonialismo* português teve aspetos muito diferentes na América, em África ou na

Ásia, embora o fator aculturação se verifique em qualquer destes casos. Tomemos como exemplo os faraós de origem núbia da XXV dinastia, produto dessa aculturação, impulsionada no Império Novo, comparados com a elite governante do Brasil recém-independente, protagonista de uma intervenção decisiva sobre a antiga Metrópole, mas o fator indígena, neste caso, não existe. O autor, aliás, considera diferentes as funções das fortalezas a sul de Elefantina das exercidas pelas fortalezas de Batn el-Hagar no controlo das populações e no impacte da cultura egípcia sobre as mesmas (p. 134-139).

A Tabela 2 pode interpretar-se de duas formas (p. 123). A fraca percentagem de cerâmica núbia nos fortes sugere, se optarmos por uma interpretação clássica, que havia poucos elementos indígenas estabelecidos, e que a aculturação funcionou por contactos esporádicos, ou então que a aculturação era tão avançada que os indígenas preferiam a cerâmica egípcia. Embora no Segundo Período Intermédio a cerâmica núbia aumente em termos percentuais, a verdade é que, apesar de ser expectável uma maior presença indígena local, a quantidade é bem menor, não ultrapassando 33% do montante do período anterior. Aparentemente, os processos de aculturação funcionam melhor quando o modelo é suportado por outras formas de supremacia. Na verdade, restam muitas e complexas questões não respondidas.

O Capítulo III é particularmente interessante, do ponto de vista arqueológico, e mais objetivo, uma vez que trata da arquitetura das fortalezas. Esta, parte sempre da análise do inimigo conhecido ou previsível e das suas capacidades, sem esquecer as características do ambiente em que se situam. Eduardo Ferreira chama a atenção para a quase geral irregularidade das estruturas conhecidas (p. 152), aplicando-lhes a expressão “organização desorganizada”. Como fortalezas de rio, a dependência do acesso ao Nilo para o abastecimento de água era fundamental, na ausência de poços no interior, existindo a necessidade de estabelecer caminhos cobertos, tipo “couraça”, para atingir a margem, como em Buhen, onde se escavaram também os portos que serviam a fortaleza (p. 178-183). O capítulo analisa a arquitetura das fortificações em geral, da cidadela, nem sempre existente, da muralha, das torres e bastiões, das portas, acessos e outros elementos defensivos, do “quartel-general”, das casernas, do arsenal, do tesouro, do celeiro, das estruturas sanitárias, e dos materiais de construção.

Basta o enunciado destes aspetos para demonstrar a complexidade destas fortalezas e do lugar que lhes é devido na arquitetura militar antiga.

Embora se notem reformas, o modelo básico parece continuado do que existia anteriormente, em especial no que se refere a técnicas construtivas e materiais, prevalecendo o adobe, o que condenou a maioria destas estruturas à destruição pela subida das águas do Lago Nasser. Numa zona rica em pedra como explicar esta opção? Outra impressão que se destaca é a da evidente força deste complexo de fortificações, talvez mais adequado para outras fronteiras, pois não creio que as chefaturas em presença possuíssem meios poliorcéticos à altura destas construções. Creio que o autor valoriza os possíveis ataques pelo Nilo, decerto controlado pela marinha faraónica (p. 222), cujas embarcações poderiam patrulhar a distâncias suscetíveis de impedir ataques de surpresa. Talvez por isso, como Eduardo Ferreira nota, as portas que abrem para o deserto são as melhores defendidas (p. 182-183).

O celeiro é uma instalação muito importante, pois devia ter capacidade para assegurar a sobrevivência da guarnição em cercos prolongados assim como poder sustentar eventuais concentrações de tropas em operações, o que é sugerido pelo espaço disponível. Como é visível, houve uma grande preocupação com a logística, particularmente importante em ambientes desérticos. Muitas das reconstituições levantam problemas de interpretação, mas concordam no essencial com o que foi possível escavar. É interessante verificar que a um quotidiano muito simples correspondem soluções arquitetónicas bastante elaboradas. Lamento que o autor, embora a refira várias vezes, não tenha desenvolvido a forma como os navios egípcios atuaram no Nilo, em especial na defesa avançada das fortalezas, com as quais integravam, com toda a probabilidade, um sistema defensivo comum. Possivelmente, e o autor refere este aspeto sem o explorar, o grupo de fortalezas de Batn el-Hagar explicam-se, em parte, pela necessidade de controlar um troço do Vale onde o patrulhamento fluvial era difícil ou impossível numa parte do ano.

O Capítulo IV, Guarnições e armamento, é muito elucidativo quanto ao funcionamento das fortalezas. Aqui encontram-se informações, bastante apoiadas em documentos escritos, sobre oficiais e soldados, recrutamento e treino, patrulhamento e armamento. O autor identifica a cadeia de comando das forças egípcias, cujo número total é difícil de calcular, procurando precisar as funções atribuídas na hierarquia militar. Interroga-se, talvez de forma demasiadamente civil, quanto ao interesse da oficialidade ser destacada para as fortalezas da Núbia (p. 214-215), ainda que destacando as vantagens que o Estado lhe conferiria como compensação. Ora, servir

numa zona de fronteira como esta, em funções de comando e até noutras mais modestas não deixaria de ser importante na progressão na carreira, para além das vantagens que o movimento comercial na área permitiria.

Levanta também o problema do estatuto do comandante e do chefe de fortaleza, duvidando qual teria proeminência (p. 217). Ressalvando a fortíssima burocracia egípcia, creio que o chefe, ao qual competiam os aspetos administrativos, ficava subordinado ao comandante. Podemos comparar a situação com a que existe nos exércitos modernos entre o Coronel e o Sargento-Mor. Calcular número de efetivos atribuídos às fortalezas revela-se igualmente um exercício árduo e nem sempre convincente, o que é reconhecido pelo autor. Se adicionarmos o total das guarnições indicadas uma grande parte das forças egípcias estaria atribuída a fronteira meridional. A importância das fortalezas não dificulta esta hipótese, que o autor exclui (p. 237-238), mas o que resta seria suficiente para garantir a segurança do Egipto?

Ao tratar do recrutamento, Eduardo Ferreira faculta informações não menos interessantes, recorrendo à epigrafia (p. 241). Se a base era de um mancebo por cada 100, admitindo que a população do Egipto, na época, atingia dois milhões e meio, é possível calcular, em bases não muito sólidas, é certo, os efetivos totais em perto de 7500 homens, o que justifica a limitação imposta ao quantitativo das guarnições e à necessidade de recrutar mercenários núbios. Considerando que o exército no Império Novo teria um efetivo um tanto superior a 15000 homens⁶, julgo credível o número proposto. Uma das funções postas em destaque é a do patrulhamento do deserto a partir das fortalezas e do rio, bem ilustrado, por exemplo, pelos despachos da fortaleza de Semna (p. 245-249). A secção sobre armamento é também elucidativa, pois o autor não esquece a relação entre armamento e tecnologia, neste caso as limitações impostas pelo uso do cobre (p. 268), ainda dominante apesar do bronze ser utilizado, determinante do tipo de armamento, ainda bastante simples, mas eficiente perante o inimigo núbio.

O estudo das oito fortalezas que constituíam a defesa em profundidade da fronteira meridional do Egipto reveste-se do maior interesse para o conhecimento não só da história militar dessa civilização como dos processos de aculturação que criaram e das soluções encontradas. Nelas encontramos o que, em termos pragmáticos, nem sempre parece justificar-se, mas

⁶ Malheiro, P. (2007), “A prática da guerra no Egipto do Império Novo: a organização do deserto”, *Cadmo* 16: 65.

que é um valor próprio do Egipto antigo, a majestade grandiosa. Como recorda o autor (p. 278), citando Bruce Williams: *The fortresses in Nubia represent a commitment of resources that trade cannot explain*. Os dois grandes climaxes antigos da tensão existente na fronteira meridional do Egipto, as conquistas do Império Novo e o refluxo representado pela XXV dinastia, ilustram bem os problemas geoestratégicos da região na Antiguidade. Em 1871, a estreia da ópera *Aida*, de Verdi, no Cairo, cuja trama romântica evoca o conflito entre o Egipto e a Núbia, coincidiu com o início da ação do *Mahdi* no Sudão, recordando as fraturas culturais e políticas que caracterizam, ou determinam, esta fronteira, sugerindo que se estude atentamente o seu passado, mesmo que ele pareça, sob as águas do Lago Nasser, distante e exótico.

VASCO GIL MANTAS

vsmantas@gmail.com

Universidade de Coimbra /CECH

<https://orcid.org/0000-0002-6109-4958>

https://doi.org/10.14195/2183-1718_75_11

FLEISCHER, Kilian Josef, *Dionysios von Alexandria: De Natura (peri physeos)*, Übersetzung, Kommentar und Würdigung. Mit einer Einleitung zur Geschichte des Epikureismus in Alexandria, Turnhout, Brepols, 2016, 513 pp. ISBN: 978-2-503-56638-2.

Recensão submetida a 22-11-2018 e aprovada a 24-07-2019

O bispo Dionísio de Alexandria era aluno de Orígenes e, como esse, desempenhava um papel importante no desenvolvimento da igreja cristã no sec. III d.C. Entre os seus escritos que chegaram até nos – na maioria cartas¹ – destaca-se a sua única obra filosófica, *Περὶ φύσεως*, que originariamente era constituída por vários livros, mas da qual temos hoje em dia quase somente excertos do primeiro livro, transmitido por Eusébio. Aquilo que sobrou é uma polémica contra a física atomista e sobretudo contra aquela epicurista. Dionísio defende a providência divina, apon-

¹ Dionísio era considerado o “maior autor de cartas da igreja antiga” (FLEISCHER, 2016, p. 18; “größten Briefschreiber der alten Kirche“).